

# AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC  
AL FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

## Programa Antonieta de Barros dá exemplo de inclusão

Sessão especial comemora cinco anos de estágio mantido pelo Parlamento catarinense, que atende jovens em situações de vulnerabilidade social

Carlos Killian



Solenidade destaca trajetória do programa, que nasceu para atender jovens marginalizados devido ao ambiente em que vivem, raça, maternidade ou paternidade precoce

Caderno Especial

### Deputados homenageiam CEF e Fundação Catarinense de Cultura

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão reconhece serviços prestados pela Caixa Econômica Federal

Página 3

### Jovens caminham contra a corrupção

Eduardo Guedes de Oliveira

Cerca de 500 alunos da rede pública de ensino participaram, dia 9, da caminhada realizada no Centro da Capital, marcando o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Organizado pelo Ministério Público, Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o ato reuniu os atores globais Rafael Almeida, Thiago Fragoço e Nathalia Dill.



Estudantes são recebidos no hall da Assembleia após manifestação

Páginas 4 e 5

## Um ano de muitas conquistas

O ano de 2009 está terminando e podemos computar importantes conquistas para os catarinenses. Projetos e ações do nosso mandato e do nosso coletivo foram aprovados e se concretizaram este ano.

Depois de décadas, Santa Catarina ganhou, enfim, sua segunda universidade federal. No dia 14 setembro o presidente Lula sancionou a lei que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com sede no município de Chapecó. Já no ano que vem o Oeste passará a contar com um instrumento que democratizará o acesso dos jovens e de toda a população ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Conseguimos avançar também em ações que vão possibilitar a melhoria da renda do agricultor familiar. O projeto de pagamento por serviços ambientais deve ser votado e aprovado ainda este ano pelo Legislativo. É uma proposta importante e revolucionária, pois

vai possibilitar o equilíbrio entre preservação ambiental e produção, remunerando o agricultor familiar pela área preservada. Durante o ano, realizamos mais de 50 seminários regionais, com a participação de 5,5 mil pessoas, para discutir e esclarecer a proposta.

Por meio de projeto de nossa autoria, o dia 24 de julho é agora reconhecido como Dia da Agricultura Familiar em Santa Catarina. A categoria comemorou em 2009 uma conquista importante, que foi a mudança na legislação federal que tornou obrigatória a compra de produtos da agricultura familiar para uso na alimentação escolar da rede pública. Tivemos ainda alguns avanços na legislação ambiental, em prol da pequena propriedade rural, com mais prazo e condições para que os agricultores se ajustem à lei.

A aprovação do Salário Mínimo Estadual merece ser comemor-

rada, pois trata-se de uma luta do movimento sindical que vai possibilitar a melhoria da renda dos trabalhadores. Conquistamos também mudanças importantes na Lei Geral da Microempresa, o que resultou na criação da figura do Empreendedor Individual.

O ano de 2009 exigiu o nosso empenho para garantir atendimento do poder público aos atingidos por chuvas, estiagem e vendavais. Esses fenômenos naturais causaram muito prejuízo e atingiram em cheio a agricultura familiar.

No que diz respeito ao embate político buscamos atuar de forma responsável enquanto oposição. Fomos contrários aos projetos e atitudes que visam ao desmonte do Estado e à desvalorização do servidor público. E é assim que vamos continuar nosso trabalho em 2010.

**Deputado Dirceu Dresch (PT)**

## Ensino a distância amplia oportunidades

A Educação a Distância (EAD) é a metodologia que faz referência ao ensino voltado ao aluno num espaço físico onde não estejam presentes um mestre ou um professor. É o ensino destinado às pessoas que por algum motivo ou outro, não podem ou não desejam frequentar um ambiente escolar ou acadêmico, e buscam, através de televisão, CD-ROMs e, principalmente, com o auxílio da internet, adquirir seus conhecimentos e seus diplomas. Com o aprimoramento tecnológico é possível criar aulas on-line, tele-conferências, onde o aluno pode consultar a matéria estudada a todo o momento que desejar num simples click.

A EAD tem se mostrado na atualidade, como uma modalidade de educação extremamente adequada e eficiente para atender às necessidades da sociedade contemporânea, tendo em vista as mudanças da economia mundial. O avanço das tecnologias de infor-

mação e comunicação ampliou as possibilidades para acesso e disseminação do conhecimento. A internet destaca-se neste cenário, abrindo novos horizontes para a EAD, que vem crescendo rapidamente, contribuindo com a democratização do acesso ao conhecimento e ampliando as oportunidades de trabalho e aprendizagem.

Por outro lado, a globalização da economia está exigindo dos profissionais maior qualificação em sua formação profissional e educacional e a EAD surge como uma alternativa para que estes profissionais busquem sua atualização profissional.

Esse método provocou uma mudança nos papéis tradicionais vivenciados no ensino convencional, possibilitando a superação do modelo tradicional centrado na transmissão de informações do professor para os estudantes. O professor deixa de ser o centro da informação e torna-se

o mediador, facilitador, gestor, mobilizador da aprendizagem. O aluno, sem a ajuda constante de um professor como acontece na aula presencial, precisa construir o conhecimento, desenvolver competências, habilidades, atitudes e hábitos para poder aprender.

O sistema mudou os papéis dos professores e dos alunos, em relação ao ensino presencial, possibilitando a superação do modelo tradicional centrado na transmissão de informações. Estudando a distância o aluno constrói conhecimento, aprende e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos para poder aprender, sem a ajuda constante de um professor.

Vejo com bons olhos este avanço na educação e no meu trabalho político tenho apoiado a sua expansão. É uma forma eficaz de democratizar o ensino. Contem comigo!

**Deputado Darcy de Matos (DEM)**

## Concurso da Assembleia terá novas provas em 10 de janeiro

O concurso público para provimento de 56 vagas no Legislativo terá novas provas em 10 de janeiro de 2010, a partir das 14 horas, na Universidade federal de Santa Catarina (UFSC). Estão inscritos para a seleção 7,7 mil candidatos.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), anunciou, no final da tarde do dia 9, a anulação de todas as provas do concurso realizado no dia 6 de dezembro pela Fundação de Pesquisas Sócio-Econômicas (Fepese).

A decisão foi comunicada após uma reunião entre o presidente do Parlamento e representantes da Fepese sobre as denúncias de repetição de questões de outros concursos na seleção para a Assembleia Legislativa.

“Esse foi um problema interno da própria Fepese, que agora fará novas provas. O processo seletivo continua. Apenas as provas foram anuladas”, resumiu Jorginho Mello.

Antes do anúncio da anulação da prova, na sessão ordinária do

dia 9, os parlamentares manifestaram em Plenário a preocupação com o episódio.

A deputada Professora Odete de Jesus (PRB) destacou que “o Parlamento não pode ter sua imagem manchada por conta da incompetência na realização do concurso” e pediu uma ampla investigação a respeito. O deputado José Natal Pereira (PSDB), que há 15 dias havia subido à tribuna para cobrar transparência e legitimidade no concurso, pediu a imediata anulação das provas realizadas no dia 6.



Mello: processo seletivo continua

## [ AGENDA ]

**Dia 14, 10h:** Comissão de Pesca – Audiência pública “Situação dos pescadores atingidos pela Barragem da Foz do Rio Chapecó  
**Local:** Rua do Comércio - São Carlos

**Dia 14, 14h:** Comissão de Segurança Pública – Audiência pública “O aperfeiçoamento do Decreto nº 894/1972, que trata da liberação de alvarás”  
**Local:** Campus Universitário, anfiteatro 2 da Univille - Joinville

**Dia 14, 19h:** Sessão especial em homenagem à equipe de Florianópolis, campeã geral dos 49º Jogos Abertos de Santa Catarina  
**Local:** Plenário

**Dia 15, 9h:** Sessão extraordinária para leitura de Mensagens Governamentais  
**Local:** Plenário

**Dia 15, 19h:** Ato Solene em homenagem aos desportistas de Artes Marciais do Projeto Social Hapkido Educar  
**Local:** Plenarinho

**Dia 18, 18h30min:** Sessão solene em homenagem às pessoas que prestaram serviços ao município de Taió e região  
**Local:** Câmara de Vereadores de Taió

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)  
1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)  
2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)  
1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)  
2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)  
3º Secretário: Valmir Comin (PP)  
4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>  
Tiragem: 8 mil exemplares  
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira  
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira  
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo  
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andréa Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

## INSTITUCIONAL

# Sessão destaca Caixa Econômica Federal

Criada em janeiro de 1861, instituição atua na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável

## Tatiani Magalhães

Em sessão especial realizada dia 7, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por solicitação do deputado Vanio dos Santos (PT), prestou uma homenagem à Caixa Econômica Federal (CEF) por sua atuação na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, como instituição financeira e agente de políticas públicas. Presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), presidente do Poder Legislativo, a solenidade contou com a presença da presidente nacional da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, dos superintendentes e demais funcionários da instituição.

De acordo com Vanio, a CEF, criada em janeiro de 1861, é considerada como principal agente das políticas públicas do governo federal e está presente na vida de milhões de brasileiros. "Temos uma empresa 100% pública, que atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores do Brasil a partir do pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS), seguro-desemprego, beneficiários de programas sociais e apostadores



Eduardo Guedes de Oliveira

Proposta pelo deputado Vanio dos Santos, funcionário da CEF, solenidade retrata trajetória social do banco

das loterias", ressaltou.

Após um discurso emocionado, o parlamentar, que é funcionário da Caixa, apresentou um vídeo sobre a instituição que, entre suas ações, prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, exercendo um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da

justiça social no país.

Produzido pela TV Assembleia Legislativa (TVAL), o vídeo revelou que a CEF não é apenas uma instituição bancária, mas um forte mecanismo que contribui para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda. Diante das imagens, Vanio ressaltou que a atuação da Caixa se estende aos palcos, salas

de aula e pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

Para Maria Fernanda, receber a homenagem representa a confiança e o reconhecimento do povo brasileiro ao trabalho realizado pelos 81 mil empregados da Caixa. "É com honra e alegria que represento os funcionários da instituição, uma vez que nada

se constrói só. E se a Caixa se consolidou, é devido ao trabalho de uma grande equipe, determinada a ampliar as oportunidades de renda e investimentos de milhões de brasileiros", frisou.

A senadora Ideli Salvatti (PT), que não pôde estar presente, encaminhou um vídeo com sua manifestação de reconhecimento às ações desenvolvidas pela Caixa. "Com atendimento de qualidade e políticas públicas voltadas para todas as classes sociais, a Caixa foi uma parceira do governo federal fundamental para o atendimento imediato às vítimas da tragédia que atingiu Santa Catarina em novembro de 2008. Com a pronta ação do adiantamento do FGTS, muitas famílias puderam recomeçar suas vidas", lembrou.

Na condição de parceiro da Caixa, o presidente do Sistema da Indústria da Construção Civil de Florianópolis (Sinduscon/Fpolis), Helio Bairos, afirmou que esta é uma homenagem justa e merecida.

"A Caixa é uma instituição secular, que alavanca a economia do país com a aquisição e venda de imóveis através dos seus programas. Muito mais do que um banco público, a Caixa é um banco democrático", definiu.

## Fundação Catarinense de Cultura é lembrada pelos 30 anos

A dedicação dos servidores da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) foi um dos motivos que levou o deputado Carlos Chiodini (PMDB) a propor sessão especial, dia 7, na Assembleia Legislativa, para homenagear a entidade. Chiodini afirmou que os servidores trabalham com muito esforço para cuidar da cultura do Estado.

"Tanto esforço conjunto, unindo agentes com capacidades diferenciadas, mas complementares, levou a Fundação Catarinense de Cultura a ser a principal interlocutora de todas as iniciativas que estejam voltadas para o desenvolvimento da cultura de Santa Catarina."

O parlamentar ainda fez um breve histórico da entidade. Fundada em 24 de abril de 1979, a FCC tem a missão de valorizar a cultura através de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. "Os bens culturais são a expressão mais viva da identidade de um povo, e devemos nos esforçar mais para consolidar uma expressão de personalidade própria", completou.



Carlos Kilian

Secretário Knaesel e deputado Giancarlo Tomelin, requerente da sessão

O presidente do Conselho Estadual de Cultura, Pérciles Prade, declarou que a cultura tem que ser respeitada nos municípios, nos estados e, principalmente, na União. "Isso deve ocorrer através de uma força que represente a sinergia de ideais e projetos importantes."

Em nome dos homenageados, Denise Magda Correa Thomasi afirmou que a grande missão dos funcionários é executar ações que visem ao desenvolvimento artístico e cultural e promover a integração da comunidade.

A presidente da Fundação Ca-

tarinense de Cultura, Anita Pires, também destacou o trabalho dos servidores. "Temos que homenagear esse povo que trabalhou, sofreu e foram felizes com as ações para a cultura do nosso estado." Anita disse que a cultura é a atividade que mais cresce no mundo.

O secretário de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel (PSDB), parabenizou a FCC. "São 30 anos de histórias tristes, felizes, mas sempre avançando. Um grande serviço está sendo prestado à sociedade, porque a cultura é uma necessidade da Nação."

### Homenageados

**Anita Pires, presidente da FCC**

João Nicolau Carvalho, ex-presidente

**Victor Márcio Konder, in memoriam, ex-presidente**

Altamiro de Moraes Mattos, ex-presidentes

**Udo Wagner, ex-presidente**

Augusto Elling Parcias, ex-presidente

**Lygia Helena Rousseng Neves, ex-presidente**

Iaponan Soares, ex-presidente

**Valquíria Maria Rafael, ex-presidente**

Paulo Arenhart, ex-presidente

**Edson Busch Machado, ex-presidente**

Elisa Anderle, representando Elisabete Anderle, ex-presidente

### Diploma aos funcionários ativos

**Inês Marinho**

Vanda Regina Machado Pacheco Setubal

**Lísia Portilla Saudades**

Valério Carioni

**Maria Lenir Juttel da Rosa**

Arno Fernandes de Carvalho

**Carlos Antonio Falcão Cavalcanti Lins**

Julio Cesar de Moraes

**José Neves Luz**

Orlando João Lourenço

**Rosalba Elisabeth de Paula**

Nilton Cesar Pereira

**Ana Lucia Torres**

Vitor Hauk

**Rogério Alexandre Passos**

Dinarte André Correia

**Adelson Osni da Silva**

Alzira Bernardina da Silva

**Márcia Dutra Boos**

Maria Helena de Amorim

**Gilberto Gerlach**

Denise Magda Correa Thomasi



# PROGRAMA ANTONIETA DE BARROS



## INSTITUCIONAL

## Fórum de Mulheres Negras lançou a semente

A ideia de um programa de estágios surgiu ainda em 2002 no Fórum de Mulheres Negras, movimento social da Capital. O intuito do projeto era retirar das ruas e da marginalidade, jovens negros. Posteriormente, foram incluídos jovens com deficiência, mulheres, pais e mães precoces, oriundos de escola pública, de comunidades periféricas e com renda familiar inferior a 2,5 salários mínimos.

Em 2003, o programa foi implementado na Assembleia Legislativa, pelo presidente à época, ex-deputado Volnei Morastoni (PT). Em um primeiro momento o programa foi vinculado à Escola do Legislativo, presidida pelo então deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT). A primeira coordenadora do PAB foi a professora Jeruse Gusmão, mentora intelectual do projeto. Ficou à frente da coordenação por dois anos. Em julho de 2004 o PAB foi transformado na Lei 13.075.

Miriam Zomer



Coordenadora Marilú Lima de Oliveira representa essência do programa

## Uma apaixonada pelo que faz

Marilú Lima de Oliveira representa os ideais e os objetivos do programa. Vinda de família pobre, é negra e viveu em comunidades empobrecidas. É apaixonada pelo PAB e descreve os estagiários como se fossem verdadeiros filhos. Os 40 estagiários que passam pelo programa deparam-se com momentos de diálogo e de conversas sérias com a coordenadora.

Ela participou da concepção do projeto e contou que o programa levou este nome em homenagem a primeira mulher negra a ocupar um cargo na Assembleia Legislativa e por sua preocupação com a educação pública e gratuita, despertando as reivindicações feministas e ins-

taurando o debate racional no espaço institucional. "O melhor deste programa é fazer com que consigam perceber o valor do conhecimento. Mesmo acabando o tempo de estágio, eles continuam estudando. Tornam-se multiplicadores deste conhecimento", salientou.

A coordenadora também ressaltou a importância das famílias nesse processo. De acordo com Marilú, a coordenação trabalha com conflitos familiares. "Fazendo um trabalho de recuperação de autoestima destas pessoas. Damos um significado especial para a função de pai e mãe. Este programa constrói situações bem emblemáticas, que ampliam a perspectiva deles", explicou.

### Seleção

Os candidatos são indicados pela sociedade civil organizada. Devem estar matriculados no ensino médio e/ou superior. O processo seletivo é realizado pela Comissão Interinstitucional, constituída por três representantes das organizações da sociedade civil e integrantes da Comissão Interinstitucional do Poder Legislativo.

Durante um mês, os jovens passam por treinamento na Casa, com cursos de inclusão digital e de atendimento ao público, entre outros. Depois, os jovens escolhem o local onde querem trabalhar. O estágio é de um ano, renovável por igual período.

# Parlamento celebra cinco anos do Programa Antonieta de Barros

Programa de estágio criado em 2003 se traduz numa política de ação afirmativa da Casa, atendendo parcela da sociedade vulnerável à violência

### Denise Bortolon Montagna

Os cinco anos do Programa Antonieta de Barros (PAB) foram celebrados em sessão especial marcada pela emoção. Jovens que passaram pelo programa de estágio criado em 2003 e transformado em lei no ano de 2004 deram relatos da importância de passar pela Assembleia Legislativa.

O programa é considerado uma política de ação afirmativa ou ainda participam do programa. Ele agradeceu a oportunidade de fazer parte da equipe de funcionários da Casa e ressaltou que é bom saber que existe uma saída para pessoas marcadas pela exclusão e a escravidão. Ele falou sobre o aumento da violência nas comunidades da periferia da Capital, onde jovens negros estão morrendo ou sendo mortos pelas drogas. "Lares e famílias estão sendo destruídos. As crianças estão

vendo no crime uma possibilidade de renda, mas não veem uma perspectiva de vida. Nós somos grandes árvores e podemos dar bons frutos", incentivou. Mário Davi Barbosa fez parte do programa e hoje cursa a faculdade de Direito. Para ele, o PAB prova que todos podem alcançar um bom futuro. "A maior dificuldade que passamos desde crianças é acreditar que a gente não pode, que não vai chegar a outro lugar. Então, o programa vem mostrar que a gente pode e como iguais. Temos que olhar no espelho e não esquecer, nunca, que devemos e devemos muito", disse referindo-se aos seus antepassados escravos. Segundo Mário, é fundamental reconhecer a diferença, mas sabendo que não é um pressuposto para que negros sintam-se inferiores. "Não somos inferiores, somos diferentes", observou.

## Primeira coordenadora é homenageada

A primeira coordenadora do PAB, Jeruse Gusmão, participou da comemoração e foi uma das homenageadas. Ela explicou que o programa foi idealizado por mulheres que faziam parte do fórum de Mulheres Negras.

No processo de construção foram incluindo meninos e meninas com necessidades especiais, pais e mães precoces, endereços marginalizados e estudantes de escolas públicas. "Os nossos objetivos foram cumpridos. São os jovens que escolhem onde querem trabalhar", comemorou.

A responsável pelo programa, desde de 2005, coordenadora de Estágios Especiais, Marilú Lima de Oliveira, declarou, entre lágrimas,

## Jorginho destaca iniciativa e termo de cooperação

O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), não pôde comparecer à sessão, mas deixou uma mensagem aos jovens. Disse que o PAB tem dado certo há cinco anos, refletindo o comportamento guerreiro da coordenadora Marilú e dos demais abnegados que passaram pelo programa. "Parabenizo a

dos familiares presentes à sessão ressaltaram a necessidade de abrir as portas para jovens, que não tinham perspectivas de uma vida diferente, mas que agora sonham com uma universidade e com um trabalho bem remunerado e reconhecido, diferente da situação de seus pais ou de seus vizinhos da comunidade.

Richard Goterra, estagiário da Gráfica da Assembleia, subiu à tribuna para representar todos os estagiários que participaram ou ainda participam do programa. Ele agradeceu a oportunidade de fazer parte da equipe de funcionários da Casa e ressaltou que é bom saber que existe uma saída para pessoas marcadas pela exclusão e a escravidão.

Ele falou sobre o aumento da violência nas comunidades da periferia da Capital, onde jovens negros estão morrendo ou sendo mortos pelas drogas. "Lares e famílias estão sendo destruídos. As crianças estão

vendo no crime uma possibilidade de renda, mas não veem uma perspectiva de vida. Nós somos grandes árvores e podemos dar bons frutos", incentivou.

Mário Davi Barbosa fez parte do programa e hoje cursa a faculdade de Direito. Para ele, o PAB prova que todos podem alcançar um bom futuro. "A maior dificuldade que passamos desde crianças é acreditar que a gente não pode, que não vai chegar a outro lugar. Então, o programa vem mostrar que a gente pode e como iguais. Temos que olhar no espelho e não esquecer, nunca, que devemos e devemos muito", disse referindo-se aos seus antepassados escravos. Segundo Mário, é fundamental reconhecer a diferença, mas sabendo que não é um pressuposto para que negros sintam-se inferiores. "Não somos inferiores, somos diferentes", observou.

Segundo Mário, é fundamental reconhecer a diferença, mas sabendo que não é um pressuposto para que negros sintam-se inferiores. "Não somos inferiores, somos diferentes", observou.

tada e dizer que estão aqui para auxiliar e para dizer que é possível. As famílias são peças fundamentais para esta realidade. Queria que viessem por uma situação de Justiça e não de vulnerabilidade."

O deputado Jailson Lima (PT), que presidiu a sessão, afirmou que a Casa do Povo, como o Parlamento é conhecido, não reflete a realidade da população. "Nosso estado foi colonizado, em sua grande maioria, por europeus, mas foi construído na raça guerreira da negritude. Esta é uma sessão especial, porque temos aprendido mais com vocês do que vocês conosco. A sessão é primorosa porque não nos deixará esquecer que é possível tocar o céu", declarou.

de Santa Catarina.

"Este é um programa que vale a pena, é um bom exemplo que deve ser aplaudido. Sou um apaixonado pelo PAB, porque vem resgatar os que realmente precisam. O primeiro passo precisa ser dado, o segundo e o terceiro a gente tenta dar", justificou.



Solenidade reúne jovens e familiares participantes da iniciativa, que será estendida a outros municípios

## Critérios

O programa estabelece critérios preferenciais para que os jovens integrem o quadro de estagiários da Casa:

- **Jovens com idade entre 16 e 24 anos;**
- **Regularmente matriculados no ensino médio ou superior;**
- **Renda familiar menor ou igual a 2,5 salários mínimos;**
- **Vulnerabilidade na localidade de moradia;**
- **Condição étnica;**
- **Gênero;**
- **Pessoas com deficiência.**

## Homenageados

<b>Marilú Lima de Oliveira</b>	<b>Uda Gonzaga</b>
<b>Volnei Morastoni, ex-presidente da Alesc</b>	<b>Jeruse Romão</b>
<b>Julio Garcia, ex-presidente da Alesc</b>	<b>Vera Fermiano</b>
<b>Nazarildo Knabben</b>	<b>Marcos Caneta</b>
<b>Angela Aparecida Bez</b>	<b>Romário da Silva</b>
<b>Walter da Luz</b>	<b>Zulmar Hermógenes Saibro</b>
<b>Ivone Maria Perassa</b>	<b>Almir Elcir Manoel</b>
	<b>Anita Pires</b>

## Diploma a ex-estagiários

<b>Rudval Bittencourt</b> , representando a turma de 2003
<b>Cléber Bittencourt</b> , representando a turma de 2004
<b>Silmara Regina da Rosa</b> , representando a turma de 2005
<b>Ariana Barbosa</b> , representando a turma de 2006
<b>Críchnya da Silva Madalena</b> , representando a turma de 2007
<b>Jéssica Farias Morruda</b> , representando a turma de 2008

## Depoimentos

### Mário Davi Barbosa, 22 anos

Um dos homenageados Mário Davi Barbosa, 22 anos, está prestes a colar grau no curso de Direito e trabalha no Centro Cultural Escrava Anastácia.



**1 - Como foi sua experiência no PAB?**  
**R:** Muito boa e proveitosa. O programa surgiu para mim num momento de extrema relevância e necessidade. Tinha iniciado o curso de Direito há dois meses e estava desesperado à procura de uma ocupação que possibilitasse minha manutenção na vida acadêmica.

**2 - A experiência no programa melhorou suas relações pessoais e profissionais?**  
**R:** Sim. Aprendi muita coisa nos dois anos de estágio no PAB, principalmente a reafirmar meus valores não só enquanto indivíduo, mas, principalmente, pela consciência do coletivo, da pluralidade, do "nós" e não só do "eu".

**3 - Você acredita que sua vida poderia ter outro rumo caso não tivesse participado do PAB?**  
**R:** Penso que sim. Talvez hoje eu não estivesse onde estou vivendo. Não só para ser alguém na vida, mas lutar por ideais, pelo trabalho de meus pais e avós, pelo esforço de toda uma geração de suor e trabalho.

### Laiza Cristinne Pereira, 22 anos

Laiza Cristinne Pereira, 22 anos, foi uma das participantes do PAB que acabou contratada para prestar serviços na Assembleia.



**1 - Quais os pontos positivos em ter participado do PAB?**  
**R:** Fiquei sabendo do PAB numa hora em que realmente estava precisando financeiramente. Depois minha família se estabilizou e eu comecei a ver o PAB como uma oportunidade de crescimento profissional, para adquirir experiências e também para ter uma noção de aptidões que eu tenho, o que ajudaria a ter certeza da profissão que eu gostaria de exercer. Também fiz amizades verdadeiras, que me ajudaram bastante quando precisei. Agora me julgo uma pessoa mais responsável, mais dedicada e sem medo de aprender. Trabalho com vontade e sem medo de desafios. Acredito que conquistei as pessoas e a confiança delas pela minha força de vontade, de sempre querer crescer e sem precisar passar por cima de ninguém. Tanto que me afastei do Programa devido a minha gravidez e retornei à Casa, posteriormente. Acredito que se eu não tivesse tido um bom desempenho no trabalho, isso não teria acontecido.

**2 - Qual sua função hoje na Assembleia?**  
**R:** Retornei à Casa como funcionária terceirizada e com o cargo de ascensorista. Agora trabalho na recepção como digitadora, fazendo cadastro dos visitantes da Alesc, acompanhando-os até o local desejado, atendendo telefone, entre outras coisas.

### Chauana Ferreira da Silva, 17 anos

Atualmente participando do PAB, Chauana Ferreira da Silva vê no PAB a chance de adquirir experiência para trabalhar com aquilo que almeja. Pretende cursar Administração após terminar o segundo grau.

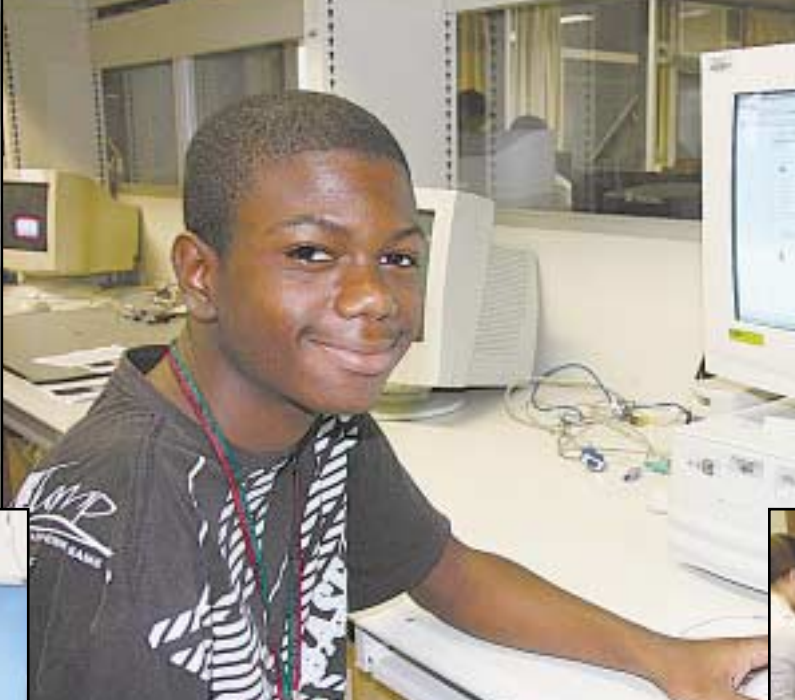


**1 - Quais os pontos positivos em participar do PAB?**  
**R:** Adquirir experiência, lidar com diferentes pessoas e situações são pontos importantes. Também a questão de se adaptar às necessidades que o serviço apresenta ajuda a gente a evoluir, procurar aprender sempre algo novo.

**2 - Já havia trabalhado em algum lugar antes de participar do PAB?**  
**R:** Minha primeira experiência foi como estagiária no IPUF.

**3 - Qual sua função hoje na Assembleia?**  
**R:** Primeiro trabalhei na Escola do Legislativo e agora estou na Coordenação de Estágios Especiais. Gostaria de estudar Administração e trabalhar na área.

**4 - Quais suas atividades atuais fora da Assembleia?**  
**R:** Estou cursando o primeiro ano do segundo grau na Escola Estadual Celso Ramos.



## GERAL

## Sete servidores se aposentam e são homenageados na Casa

Quarta-feira, dia 9, foi de despedida para sete servidores da Assembleia Legislativa. Eles foram homenageados na Presidência da Casa pelos anos de serviços prestados à sociedade catarinense, por intermédio do Legislativo estadual. Todos receberam um presente das mãos do presidente do Poder, deputado Jorginho Mello (PSDB) e, na sequência, junto com seus familiares, participaram de um coquetel.

De acordo com Jorginho Mello, os funcionários merecem mais que o salário, eles também precisam ser reconhecidos pela função que desempenham. "É um carinho que estamos fazendo aos que agora iniciam a merecida aposentadoria. Considero esta homenagem importante e é por isso que estamos fazendo esta cerimônia. São pessoas que passaram mais tempo aqui do que com suas famílias", declarou.

Cesar Farias, procurador de Finanças, quebrou o protocolo e manifestou seu apreço pelos ex-colegas, em especial a funcionária Vera Beatriz Martins Lopes Vieira, com quem trabalhou lado a lado. "É uma pessoa fantástica, que me ensinou muito", disse.

O presidente da Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa (Afalesc), Zulmar Saibro, se aposentará em três anos e disse que já está se preparando

para esse momento. "Vocês se aposentaram, mas continuam na Assembleia Legislativa. Queremos que continuem participando das nossas atividades. Por favor, não se afastem, porque vocês são espelhos para nós", solicitou.

Os novos aposentados Berenice Cristina Kuntze Figueroa e Alceni Duarte aproveitaram o momento para declarar sua emoção e paixão pelo trabalho. Alceni pediu ao presidente que faça uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para que as pessoas que estão se desligando de suas funções tenham uma preparação, assistidas por profissionais como psicólogos. Já Berenice falou sobre o prazer de ter trabalhado no Legislativo. "Foi um privilégio que estamos fazendo com esta cerimônia. São pessoas que passaram mais tempo aqui do que com suas famílias", declarou.

Após as homenagens, Vera comentou sobre a emoção de ter se aposentado compulsoriamente, já que completou 70 anos. "Fiz muitos amigos. Acho que deixei alguma mensagem. Saio com a sensação de dever cumprido", encerrou.

Além de Vera, Berenice e Alceni, também estão aposentados Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Neucy Ferreira e Zenuir Scharf.



Presidente Jorginho Mello destaca dedicação de servidores ao Poder



# Caminhada marca o Dia de Combate à Corrupção

Legislativo abre as portas para receber participantes da manifestação organizada pelo Ministério Público, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas do Estado



Manifestação da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?" percorre ruas da região central de Florianópolis, atraindo a participação de 500 estudantes da rede pública de ensino

No Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado dia 9, o Parlamento catarinense abriu as portas para receber os participantes da caminhada realizada no início da tarde de quarta-feira, no Centro da Capital. A manifestação foi o marco para uma série de atividades realizadas para reforçar a campanha "O que você tem a ver com a corrupção?".

Organizada pelo Ministério Público, Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a caminhada em Santa Catarina contou com a presença de aproximadamente 500 estudantes da rede pública de ensino, sociedade civil, órgãos públicos, instituições de ensino e os atores globais Nathalia Dill, Thiago Fragoso e Rafael Almeida. Para o promotor de Justiça e Coordenador da Campanha, Ricardo Paladino, a participação dos estudantes no evento é fundamental para que a campanha atinja seu objetivo. "O futuro está nas mãos das crianças. Elas

são um canal transmissor da educação. Precisamos trabalhar com os jovens, ensinar o correto para que possamos acabar com a corrupção", comentou.

Paladino explicou que um dos objetivos da campanha é buscar, por meio da educação, prevenir que crianças e adolescentes convivam com essa terrível realidade, além de estimular as denúncias dos atos de

corrupção, não importando o grau do dano causado à população. A partir desse trabalho, se cria um canal direto entre a sociedade e o Ministério Público, facilitando a apuração das condutas condenáveis. "Toda mudança envolve educação. No Brasil, a educação se apresenta como um importante veículo de combate à corrupção, por meio da percepção e do estímulo à

ética. Outro fator relevante é a adoção de medidas que contribuam para a diminuição da burocracia judicial, melhorando a eficiência dos serviços da Justiça com a punição de corruptos e corruptores", ressaltou.

Na condição de representantes da campanha nacional, em especial na caminhada de luta pelo fim da corrupção, os atores globais falaram em Plenário,

apoiando e se solidarizando com o movimento. Para Rafael, as crianças são as sementes do futuro, por isso se faz necessário zelar pela educação delas. "Para que no futuro não falte ética em suas vidas, tanto no plano profissional quanto no pessoal."

Já Nathalia ressaltou que apoiar a campanha é o primeiro passo para que a corrupção perca força. "Iniciativas desse porte são fundamentais para o futuro de um país", frisou.

Engajado na campanha, Thiago mencionou que educar e estimular as novas gerações mediante a construção, em longo prazo, de um Brasil mais justo e sério, é priorizar o papel fundamental de nossas próprias condutas diárias. "Precisamos dar o exemplo", concluiu. Após os pronunciamentos, foi anunciado o nome do aluno Gabriel Couto, da Escola Básica Henrique Veras, na Lagoa da Conceição, como vencedor do programa "Promotor Mirim", instituído para lembrar a data.



Ator Rafael Almeida: semente



Atriz Nathalia Dill: primeiro passo



Thiago Fragoso: condutas diárias

## Comissão de Finanças aprova PLC que institui regiões metropolitanas

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados incorporam duas emendas aditivas ao projeto do Executivo, incluindo regiões Carbonífera e Serrana

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), deu prosseguimento, dia 9, à discussão de matérias que devem ir a Plenário até a semana que vem. O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 52, de autoria do governo do Estado, que dispõe sobre a instituição das regiões metropolitanas, foi aprovado com duas emendas aditivas, de autoria dos deputados Manoel Mota e Elizeu Mattos, ambos do PMDB, e volta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que acrescentaram duas novas áreas de expansão: a da região Carbonífera, no Sul do estado, e da região Serrana.

Segundo Mota, as duas regiões passam por inúmeras dificuldades, o que justifica sua inclusão para receberem os benefícios concedidos pelo governo federal e que só podem ser acessados por municípios

que estão contidos em regiões metropolitanas. "A região passou por muitas dificuldades. Só nos últimos dez anos fomos atingidos por dez tornados. E a região Serrana é a segunda mais pobre do estado", justificou.

O deputado José Natal (PSDB) solicitou que o projeto seja votado o mais rápido possível para que os municípios possam acessar recursos federais como o programa "Minha Casa, Minha Vida". "Peço para que alguns deputados deixem a vaidade de lado e corrijam a injustiça que se fez ao criar as secretarias de Desenvolvimento Regional", pediu.

### CURSOS

Outro PLC aprovado foi o de nº 66/09, de autoria do Executivo, que altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 223/02 e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 312/05.

A matéria trata da progressão funcional, decorrente de promoção por aperfeiçoamento, por intermédio de cursos como pós-graduação.

Os parlamentares também aprovaram o Projeto de Lei nº 275/09, de autoria do deputado Valdir Cobalchini (PMDB), que determina as diretrizes e os procedimentos para a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico.

O PL nº 510/09, de autoria do presidente da Comissão de Finanças, fixa os subsídios do governador em R\$ 15 mil, do vice-governador em R\$ 12 mil e dos secretários de Estado, em R\$ 10 mil, para o exercício de 2010, conforme dispositivos da Constituição Federal e da Constituição Estadual. Projeto de Lei nº 535/09, de autoria do governo do Estado, que concede pensão aos portadores de lepra, também foi aprovado.

## Trabalho e Serviços Público limpa pauta

A Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), limpou a pauta dia 9. Foi aprovado o Projeto de Lei nº 537/09, do Executivo, que autoriza o Executivo a constituir garantia em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de parcelas ou quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados (FPE) no valor de R\$ 115.685.186,02.

Também foram autorizados o Projeto de Lei nº 384/09, da deputada Ana Paula Lima (PT), que institui o dia estadual da Lei Maria da Penha, celebrado no dia 7 de agosto; o Projeto de Lei nº 166/09, do deputado Edison Andrino (PMDB), que destina às Associações de Pais e Professores (APPs) valores recebidos pela administração nas concessões de uso de cantinas no âmbito das escolas estaduais; o Projeto

de Lei Complementar nº 11/09, do deputado Gelson Merisio (DEM), que altera dispositivo da Lei Complementar nº 412, de junho de 2008, sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, e o Projeto de Lei Complementar nº 507/09, do Executivo, que cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta de Santa Catarina.

## APROVADOS

# Sinal verde para admissibilidade de PEC

Plenário autoriza projeto de emenda constitucional que permite ao Legislativo regulamentar leis

Três projetos de lei de origem parlamentar, bem como a admissibilidade do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 05/09, foram aprovados durante a sessão ordinária do dia 9, no Parlamento catarinense. A PEC nº 05/09, que prevê a permissão ao Poder Legislativo para regulamentar lei votada, aprovada e sancionada, mas que deixou de ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo estabelecido em seus dispositivos, foi a única apreciação que gerou debate.

A matéria, de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB), tem por finalidade "impedir que se frustrate o interesse público e o bem comum configurado na inércia do Poder Executivo quando se omite na regulamentação de uma lei corretamente aprovada".

O deputado Pedro Uczai (PT) questionou a constitucionalidade

de da ação: "Quem regulamenta as leis é o governo. Não pode um parlamentar tomar a iniciativa da regulamentação. Esta proposta, se aceita, transfere competência de um Poder para outro. Este governo é o principal culpado por não corresponder às responsabilidades que lhe cabem. A bancada do PT se manifestou contra na Comissão de Constituição e Justiça e também o fará neste Plenário", afirmou o parlamentar.

Autor da proposição, o deputado Marcos Vieira defendeu seu projeto. "A Casa tem competência para mudar a Constituição, como também a tem o chefe do Executivo. A proposta não muda cláusula pétrea da Constituição, mas vem dar agilidade, tendo em vista que, não sendo feita a regulamentação do Executivo no prazo estipulado, ela retorna



Deputado Pedro Uczai questiona constitucionalidade do projeto de autoria do deputado Marcos Vieira

automaticamente para que o Legislativo o faça."

O parlamentar, para ilustrar a importância de sua proposição, informou que, em levantamento

feito por funcionária da Casa, chegou-se à constatação de que das últimas 476 leis aprovadas pelo Parlamento catarinense, 291 ainda carecem de regula-

mentação. A aprovação da admissibilidade aconteceu com a dissidência da bancada petista. A matéria retorna agora para apreciação nas comissões.

## Dia de Combate à Homofobia

O Plenário da Assembleia aprovou dia 9, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 229/09, da deputada Ângela Albino (PCdoB), que institui o Dia Estadual de Combate à Homofobia e à Discriminação e Violência em Razão da Orientação Sexual, a ser comemorado anualmente no dia 17 de maio. A autora explica que uma data alusiva ao combate ao preconceito é fundamental para a criação de políticas públicas específicas, fazendo com que as demandas desse segmento sejam viabi-

lizadas, contemplando quem historicamente fica à margem das conquistas sociais.

Ângela Albino informa que a data é marcante, pois nesse dia, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou do Código Internacional de Doenças a homossexualidade. "Estabelecer o dia 17 de maio como Dia Estadual de Combate à Homofobia constitui-se em ação de grande importância diante do quadro de discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros."

## Gratuidade em estacionamentos para deficientes

Aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei nº 343/09, do deputado Kennedy Nunes (PP), que estabelece que os estacionamentos, públicos e privados, e os fornecedores de serviços de manobra

e guarda de veículos em geral ficam obrigados a conceder, aos veículos utilizados por pessoas com deficiência, período mínimo de gratuidade do pagamento de tarifa equivalente a 90 minutos.

Na justificativa, o parlamentar esclarece que a proposição tem o objetivo de diminuir a exclusão social e resgatar a dignidade e cidadania dos portadores de deficiência.

## Hotéis devem adaptar instalações para acessibilidade

Autorizado em primeiro turno o Projeto de Lei nº 478/09, do deputado José Natal Pereira (PSDB), que obriga os hotéis estabelecidos no estado a adaptarem suas instalações, a fim de

garantir a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência. Os hotéis devem reservar 2% de seus quartos e apartamentos aos portadores de deficiência, num prazo máximo de 180 dias para

as adequações.

Já os estabelecimentos localizados em prédios que não consigam atender às exigências previstas nesta lei devem apresentar alternativas.

## Deputados rejeitam veto e suco de uva deve entrar na merenda

Uma série de mensagens de veto a projetos foi apreciada na sessão do dia. Apenas um veto foi rejeitado, cinco foram mantidos e um retirado. O único projeto que conseguiu resistir ao veto, com 25 votos contra um, foi do deputado Pedro Baldissera (PT).

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 324/08, que inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino suco de uva produzido em Santa Catarina. Antes de sua apreciação, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), comunicou que, em conversa com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), ficou acordado o apoio da base à matéria.

Na mesma direção, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) destacou a importância da proposta e agrade-

ceu a postura do governo, tendo em vista que "a bancada teria dificuldade para votar contra o PL".

Autor do projeto, Baldissera também se disse grato à atitude do líder governista e enfatizou que a iniciativa é uma "expectativa das centenas de agricultores que cultivam a uva e produzem o suco no interior do estado".

Também do deputado Baldissera, o PL nº 18/09, que institui o Programa Estadual de Eliminação da Produção e Consumo de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Programa Geladeira Ecológica -, destinado a combater o desperdício, a proteger o meio ambiente e a oferecer mais conforto e economia à população de baixa renda, teve seu veto mantido por 15



Padre Pedro: ajuda a agricultor

votos a 12.

O veto ao PL nº 09/08, do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que institui o pagamento do valor de meia-entrada aos professores estaduais em locais definidos pelo projeto, gerou

questionamentos do autor. "O governo faz um discurso em favor da educação, nós construímos uma proposta que contribui para a formação e desenvolvimento cultural dos professores e o Executivo veta", analisou Soares. O veto foi mantido por 15 votos a 14.

Foi também mantido o veto ao PL nº 249/07, do deputado Sargento Soares (PDT), sobre a isenção do pagamento de passagens intermunicipais aos ostomizados. Foram 15 votos pela rejeição e 14 pela manutenção. Soares esclareceu que os ostomizados são considerados deficientes físicos, mas não o aparentam, o que causa constrangimentos para comprovação. De autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), o PL nº 196/09 por pouco não alcan-

çou o quorum necessário para ter seu veto rejeitado: foram 18 votos contra 10. A matéria propunha a validade das requisições de segunda via, em substituição temporária ao documento original em casos de roubo, furto ou perda.

Foi mantido ainda veto o PL nº 121/09, do deputado Darci de Matos (DEM), que propunha a instituição de vigilância sanitária para a água utilizada para consumo humano. A mensagem foi mantida, sem debate, por 16 votos a 10.

Já o veto ao PL nº 99/09, do deputado Joares Ponticelli (PP), que torna obrigatória a comunicação ao Detran, pelas empresas seguradoras de veículos, dos sinistros que acarretaram perda total do veículo, foi retirado de análise a pedido do autor.



## PLENÁRIO

# Sindicatos pedem ajuda parlamentar contra municipalização da Casan

Trabalhadores querem criação de comissão integrada por deputados e servidores para visitar Tribunal de Justiça

A criação de uma comissão composta por parlamentares e representantes de sindicatos para realizar uma visita ao Tribunal de Justiça foi requerida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente em Santa Catarina (Sintaema), Odair Rogério da Silva. Ele usou a tribuna da Assembleia dia 9 e afirmou que o Poder Judiciário está agindo contra o sindicato em relação à municipalização de serviços.

“Gostaria de saber por que eles não investigam os contratos emergenciais aprovados entre quatro paredes e por que eles se recusam a nos ajudar”, questionou. Sobre a criação da comissão, ele afirmou que a ida ao Tribunal de Justiça tem objetivo de atender a coletividade catarinense. “A Casan é patrimônio dos catarinenses e é mais uma empresa que está desaparecendo”, completou.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento (Sintae), Jucélio Paladini, disse que desde 2002, quando iniciou o processo de municipalização, já era sabido da possibilidade de a Casan quebrar. “A transferência dos serviços de saneamento para a iniciativa privada não é uma preocupação somente dos trabalhadores, mas de toda a sociedade.”

Jucélio ainda fez um questionamento aos deputados presentes sobre a municipalização. “Será que nos municípios de Tubarão, Içara ou Joinville já foi realizado algum trabalho de saneamento básico?”, questionou.

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que já foi presidente da Casan, voltou a demonstrar preocupação com a política de

saneamento nos municípios catarinenses. “Quem vai garantir a política de saneamento? Porque, até agora, nenhum dos municípios que municipalizaram o sistema realizou alguma obra de saneamento. Água é vida. Privatizar é crime”, definiu. O município de Palhoça foi um dos citados como exemplo. Desde que municipalizou o sistema, nenhuma obra foi feita.

Já o líder da bancada do PP, deputado Silvio Dreveck, declarou que o Parlamento catarinense precisa participar das conversações sobre o assunto. “Nós temos o dever e a obrigação de participar. A sociedade não pode ficar com esse ônus, sendo que a decisão não foi tomada por eles”, finalizou.

O risco de enfraquecimento da Casan é a maior preocupação do deputado José Natal Pereira (PSDB). “Isso não é mais do que enfraquecer a empresa que vocês servidores montaram com tanto sacrifício. Sem contar o fato de que os municípios não possuem manancial de capacitação e têm que pagar por isso. Eles não conseguem nem lidar com a saúde”, argumentou.

De acordo com o deputado Moacir Sopelsa (PMDB), a bancada do PMDB é complementamente contrária à municipalização do serviço prestado pela Casan. “Nossa preocupação é com os municípios pequenos, que não podem carregar mais essa carga.” O deputado Vanio dos Santos (PT) solicitou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) se posicione sobre o assunto. “Não podemos deixar os servidores nessa angústia. É preciso demonstrar respeito.”



Servidores ocupam galerias e exibem faixas defendendo a manutenção da companhia pública em Santa Catarina

## Deputados temem que mudança quebre estatal

Os parlamentares se solidarizaram, dia 8, contra a municipalização dos serviços da Casan. Os servidores ocuparam as galerias do Plenário Osny Régis e se manifestando contra o processo. Conforme os parlamentares, a municipalização pode quebrar a Casan.

O deputado Dirceu Dresch (PT) afirmou que está preocupado com a situação da estatal. “Essa política de privatização acabou com todas as empresas consideradas filé mignon do país, como as empresas de telefonia e as ferrovias. Não podemos permitir isso.”

A deputada Ada Faraco De

Luca (PMDB) defende a manutenção da Casan como fornecedora do serviço. “Sou totalmente contra a privatização, principalmente porque sua consequência maior é o desemprego.”

Já o deputado Vanio dos Santos (PT) disse que a privatização assumiu outro nome. “A privatização está travestida de municipalização. Sou empregado de uma empresa pública e sei como é importante prestar atenção nessa ideia de estado mínimo”, completou.

A possibilidade de municipalização do serviço também preocupa o deputado Lício

Mauro da Silveira (PP). “Esse processo está acontecendo de uma forma gradativa, sem escrúpulo, compartilhada com o próprio governo do Estado. Não podemos admitir esse fato.” De acordo com Lício, a situação dos funcionários é outro tema inquietante. “Com os municípios seguindo para a municipalização, vai sobrar para os funcionários, já que sem arrecadação não tem como pagar salários. Daí vêm as demissões.”

Desde 2002, quando Timbó iniciou a municipalização, 90 dos 293 municípios catarinenses municipalizaram os serviços de

## Polêmica trabalhista em Içara repercute no Parlamento

A sessão do dia 8 foi suspensa para que a presidente dos Conselhos de Saúde de Içara, Jane Regina Luz da Silva, cobrasse o pagamento dos direitos trabalhistas de 178 funcionários demitidos pelo prefeito Gentil da Luz (PMDB), no início de seu mandato, no ano passado. Jane pediu aos parlamentares que intercedam junto ao prefeito para que o pagamento aconteça ainda este ano, pois já foi objeto de um projeto de lei da Câmara Municipal de Vereadores, que propõe o pagamento em 10 parcelas.

Conforme Jane, a Justiça se manifestou favorável ao pagamento dos direitos trabalhistas. Entretanto, o prefeito não o fez e ainda sugeriu um acordo entre a prefeitura e os ex-servidores, com redução salarial de 30%. “Alguns servidores já fizeram este acordo, porque precisam do dinheiro, precisam sustentar seus filhos. Outros estão fazendo bico, trabalhando de empregados nas casas”, relatou.

A presidente disse que não vê outra maneira de ver seu direito ser cumprido a não ser

pelo Legislativo catarinense. “É a única maneira de ver nosso pleito atendido. Só podemos recorrer aos deputados”, declarou.

O deputado Vanio dos Santos (PT) defendeu a causa dos ex-servidores da Saúde de Içara. Já o deputado Joares Ponticelli (PP) ressaltou que o contrato com os servidores da Saúde apresenta equívocos e que mesmo com a aprovação do PL o pagamento não foi concretizado. “Não é possível que nem o Natal sensibilize o coração do prefeito. É uma questão de

Justiça. Essa Casa tem que interferir e cobrar o cumprimento da lei. Não é nenhum favor”, enfatizou.

Sobre as denúncias de que o pagamento não teria sido feito pelo prefeito anterior, a deputada Ana Paula (PT) lembrou que um prefeito municipal “herda” os bônus e os ônus do seu antecessor. “O que não pode é as pessoas que já prestaram o serviço não receberem por isso. O prefeito tinha assinado acordo garantindo o pagamento.”

Após o pronunciamento de Jane, o prefeito se manifestou na

tribuna afirmando que servidores não eram da prefeitura, mas de uma entidade criada pela antiga administração. “A entidade foi criada para contratar pessoas de forma irregular e sem critérios”, criticou. Gentil acrescentou que o promotor pediu que a administração municipal regularizasse a situação dos funcionários. “A prefeitura está contratando seus servidores por processo seletivo, que é a forma legal. Podemos perder a nossa popularidade, mas não a nossa credibilidade”, declarou.

## COMUNIDADE

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Lideranças comunitárias participam da segunda reunião para tratar da mudança de endereço da cavalaria e do canil, há 20 anos instalada em Barreiros, também em São José

# Potecas rejeita Centro de Triagem e transferência de cavalaria e canil da PM

Comissão de Segurança realiza audiência pública para esclarecer projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa

## Scheila Dziedzic

A comunidade de Potecas, em São José, tomou conhecimento, dia 8, da proposta do Executivo, que autoriza o governo do Estado a permutar com o município área onde atualmente está instalada a cavalaria e o canil da Polícia Militar, em Barreiros, com uma área no bairro de Potecas, próximo à lagoa de tratamento da Casan. A mudança, prevista no Projeto de Lei nº 532/09, está sendo rechaçada por ambas as comunidades.

A Comissão de Segurança Pública realizou a segunda audiência para tratar do assunto, desta vez com lideranças comunitárias e moradores de Potecas. O vice-presidente da comissão, deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que também é o relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, presidiu o encontro.

Soares fez um breve relato do que está previsto no projeto e da posição de moradores de Barreiros, onde está instalada há mais de 20 anos a cavalaria e o canil. Ele informou que, além da estrutura sólida que eles têm, existe um grande envolvimento da Polícia Militar nas atividades

comunitárias, inclusive realizando reabilitação e prevenção de patologias com as crianças da Fundação Catarinense de Educação Especial, através da equoterapia.

Outro aspecto que causa bastante polêmica é a possibilidade da construção, em Potecas, de um Centro de Triagem com 300 vagas, além da mudança do Centro Educacional São Lucas, hoje também em Barreiros, para Potecas.

O presidente da Associação de Moradores de Potecas, Zulmar Kamers, sintetizou as diversas opiniões quanto a esta situação. Ele comentou que antes de "dar este novo presente de grego" deveriam apresentar uma solução a um problema enfrentado há mais de duas décadas: o odor insuportável causado na área devido à estação de tratamento da Casan. "Não tem licença ambiental, existe o risco de rompimento a qualquer tempo, prejudicando aproximadamente 2 mil famílias do Loteamento Ceniro Martins."

De acordo com Zulmar, para a construção de um centro de triagem ou um presídio regional, que eles acreditam ser a intenção, seria necessária a anuência

da comunidade e a mudança do plano diretor. "Teríamos que começar a falar sobre medidas compensatórias. Não temos creches, escolas, postas de saúde e áreas de lazer. Sobre isso ninguém fala", comentou.

O deputado José Natal Pereira (PSDB) também se solidarizou quanto a uma solução para o problema da lagoa de estabilização da Casan existente ali há mais de duas décadas.

Natal falou, ainda, que a instalação do centro de triagem ou cadeião é uma questão não considerada pela comunidade. Ele disse que já se manifestou contrário à proposta, inclusive externando sua posição ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e aos secretários de Segurança Pública, Ronaldo Benedet, e de Justiça e Cidadania, Justiniano Pedroso.

## Desperdício

O parlamentar questionou o que considera desperdício de dinheiro, a transferência do canil e da cavalaria. "Vai ser abandonada uma estrutura já pronta e se construir em cima de um mangue onde o custo será três ou quatro cadeiões. Entendo

que esta permuta é prejudicial a São José", disse Natal.

O diretor da Secretaria de Segurança Pública de São José, José Deomir, justificou que o município tem mais de 200 mil habitantes e não possui um centro de triagem que permita que os presos fiquem no período entre a prisão e a determinação da pena a cumprir.

"São José tem a necessidade de construir um centro de triagem. Hoje os presos ficam amontoados nas delegacias, o que acaba oferecendo mais riscos. Quanto ao canil e à cavalaria,

é para que a comunidade tenha uma sensação maior de segurança, pois terão a Polícia Militar desenvolvendo a sua atividade e, de certa maneira, se terá um policiamento ostensivo."

O deputado Sargento Soares irá comunicar aos demais parlamentares, através da Comissão de Segurança Pública, o posicionamento da comunidade manifestado na audiência pública do dia 8. Soares também conclamou os moradores de ambas as localidades a se posicionarem frente às autoridades da segurança pública.



Comunidade rejeita especialmente a construção de um Centro de Triagem